

Ações coletivas juvenis em São Paulo

Reconfigurações políticas, culturais e estéticas nos recentes ativismos urbanos (2000-2020)



Por **Rose de Melo Rocha,**
Silvia Helena Simões Borelli
y **Simone Luci Pereira**

Rose de Melo Rocha
Escola Superior de Propaganda e Marketing
<https://orcid.org/0000-0002-7681-5500>
rlmrocha@uol.com.br

Silvia Helena Simões Borelli
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
<https://orcid.org/0000-0003-3510-6625>
siborelli@gmail.com

Simone Luci Pereira
Universidade Paulista
<https://orcid.org/0000-0002-7412-2129>
simonelp@uol.com.br

RESUMEN

Este artículo se propone presentar un panorama de los diferentes tipos de acciones sociales y colectivas juveniles en la ciudad de San Pablo, observadas entre los años 2000 y 2020. Esta genealogía incluyó movilizaciones de jóvenes urbanos organizados en torno a agendas activistas y colectivistas, es decir, aquellas que no encajaban en un contexto político institucional/tradicional. La metodología, de carácter multidisciplinario, incluyó el seguimiento sistemático de algunas movilizaciones y prácticas colectivas de jóvenes urbanos en calles y redes. El operador conceptual central y transversal del análisis es la articulación entre las dimensiones políticas, culturales, estéticas y comunicacionales de dichos acontecimientos. Se concluyó que dibujan un mapa de afectos y están dotados de politicidades, con una fuerte performatividad, caracterizando un ejercicio de subjetividad que es, al mismo tiempo, un rechazo consciente del sometimiento.

PALABRAS-CLAVE: Jóvenes, Acción colectiva, Movilización estético-política, Calles y redes.

RESUMO

Este artigo tem como proposta a elaboração de um balanço das diferentes modalidades de ações sociais e coletivas juvenis na cidade de São Paulo, observadas entre os anos de



2000 e 2020. Nessa genealogia foram contempladas mobilizações de jovens urbanos articulados em torno de pautas ativistas e coletivistas, ou seja, que não se enquadraram em um contexto político institucional/tradicional. A metodologia, de caráter multidisciplinar, incluiu o acompanhamento sistemático de algumas mobilizações e práticas coletivas de jovens urbanos nas ruas e nas redes. Toma-se como operador conceitual central e transversal de análise a articulação entre dimensões políticas, culturais, estéticas e comunicacionais de tais acontecimentos. Concluiu-se que elas desenham um mapa de afetos e são dotadas de politicidades, com forte base performativa, caracterizando um exercício de subjetividade que é, ao mesmo tempo, uma recusa consciente do assujeitamento.

PALAVRAS-CHAVE: Juventudes, Ação coletiva, Mobilização estético-política, Ruas e redes.

ABSTRACT

This article proposes an overview of the different types of social and collective youth actions in the city of São Paulo, observed between 2000 and 2020. This genealogy includes mobilizations of urban youth organized around activist and collectivist agendas—that is, those that did not fall within an institutional/traditional political context. The methodology, of a multidisciplinary nature, included the systematic monitoring of some mobilizations and collective practices of urban young people on the streets and networks. The central and cross-cutting conceptual tool of analysis is the articulation between the political, cultural, aesthetic and communicational dimensions of such events. It was concluded that they map out a landscape of affections and are marked by politicities, with a strong performative basis, characterizing an exercise of subjectivity that is, at the same time, a conscious refusal of subjection.

KEY-WORDS: Youths, Collective action, Aesthetic-political mobilization, Streets and networks.

RECIBIDO: 30 de junio de 2024

ACEPTADO: 4 de mayo de 2025

CÓMO CITAR ESTE ARTÍCULO: Rocha, R. d. M., Borelli, S.H.S. y Pereira, S.L. (2025). Ações coletivas juvenis em São Paulo: reconfigurações políticas, culturais e estéticas nos recentes ativismos urbanos (2000-2020). *Etnografias Contemporâneas*, 11 (20), 34-59. <https://ark.unsam.edu.ar/ark:/16763/95e7e40878b4>

Introdução: contextos históricos e trajetórias de investigação sobre juventudes e ações coletivas

Em décadas de acompanhamento e reflexão sobre as juventudes urbanas brasileiras, - mediante mapeamentos documentais, pesquisas de cunho etnográfico de caráter participante (observação direta, entrevistas em profundidade, grupos focais), investigações narrativas, análise de produções audiovisuais e monitoramento de redes digitais - fomos afetadas por várias zonas de interpelação, tanto como pesquisadoras, como enquanto sujeitas sensíveis às configurações e reconfigurações do juvenil que impactam diretamente relações de sociabilidade, “mapas vitais” (Serrano Amaya, 2004), vulnerabilizações e desigualdades, afetando diretamente as possibilidades existenciais e os horizontes de inserção social, econômica e cultural dos setores juvenis no Brasil.

Este artigo tem como proposta a elaboração de um balanço de caráter genealógico de diferentes modalidades de ações sociais e coletivas de jovens (Melucci, 2022; Aguilar-Forero e Muñoz, 2015; Tarrow, 2022), que emergiram no Brasil

entre os anos de 2000 e 2020, período em que foram desenvolvidas as diferentes pesquisas que ancoram as reflexões aqui constantes. Nelas se destacam, por um lado, a combinação entre levantamentos históricos – com o objetivo de identificar e problematizar as condições de emergência de mutações contemporâneas nas práticas juvenis de resistência– e, por outro, pesquisas que resultaram no acompanhamento sistemático e participativo de movimentos e manifestações específicas, selecionados por seu protagonismo e singularidade estética, política, comunicacional e performativa. Levou-se em consideração, ainda, o caráter relevante de acontecimentos macrossociais que geraram as referidas ações protagonizadas por setores juvenis predominantemente comprometidos com a crítica e o enfrentamento às hegemonias vigentes.

É preciso salientar que as reflexões aqui apresentadas são fruto de vinte anos de investigações e atuações junto aos jovens sujeitos ativistas ou reunidos em coletivos. Não se trata, portanto, da apresentação e análise de resultados de um único projeto, mas de uma articulação entre problemáticas convergentes às diferentes pesquisas realizadas pelas autoras deste artigo, em temporalidades distintas, equipes de trabalho, metodologias e protocolos metodológicos variados. À despeito de sua diversidade, todas as manifestações e movimentos acompanhados mais pontualmente, ou aqueles analisados numa linha do tempo mais longa, estavam sempre alinhados a perspectivas de ação juvenil ativista e a formas não convencionais de enfrentamento ao status quo e/ou às dimensões estruturais do capitalismo contemporâneo.

A escrita e organização do artigo enfatizaram alguns princípios epistemológicos comuns que nortearam essas diversas investigações, bem como consideraram a trajetória das autoras neste balanço realizado a respeito das diferentes modalidades de ações sociais e coletivas juvenis na cidade de São Paulo, observadas entre os anos de 2000 e 2020. Nesse sentido, um operador conceitual central, capaz de articular e unificar a análise dos diferentes resultados obtidos, está centrado na articulação entre as dimensões políticas, culturais, estéticas e comunicacionais de tais acontecimentos. Outro eixo convergente pode ser localizado na participação das autoras numa mesma rede internacional de investigadores, vinculada ao Grupo de Trabajo Juventudes e Infancias en América Latina do Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO), preocupada em compreender as resistências e reexistências de jovens latino-americanos e caribenhos perspectivadas pelo enfrentamento às hegemonias e violências. Tal articulação auxilia na compreensão de expressões juvenis baseadas em dimensões afetuais, dotadas de politicidades (Rocha, 2012a; 2016), com forte base performativa, caracterizando exercícios de subjetividade que são, ao mesmo tempo, recusas conscientes aos assujeitamentos.

Nessa direção, a perspectiva metodológica constitui-se pelo princípio da reflexividade e da dialogia, de um fazer “com”, ou seja, de nos colocarmos em situação de interação e, por vezes, de tensionamento com os sujeitos e sujeitas de investigação. As saídas a campo ocuparam com regularidade a Marcha das Vadias, a Marcha da Maconha e as chamadas Jornadas de Junho de 2013. Em ambos os casos fazíamos registros visuais e escritos que focavam no modo de

expressão e de organização adotados, inclusive no acompanhamento e observação de como se gestionavam concomitantemente os espaços das ruas e das redes por parte dos ativistas. No caso da Marcha das Vadias foram também realizados o acompanhamento de reuniões da organização coletiva e horizontal das edições de São Paulo.

Acontecimentos como os Fóruns Sociais Mundiais e dos rolezinhos, além do monitoramento documental e do acompanhamento de como se expressavam em entrevistas e depoimentos divulgados midiaticamente, nos utilizamos de conversas informais com diferentes informantes. Os *Black blocs*, pela natureza mesma da manifestação, marcada pela busca de anonimato e de expressão de uma identidade coletiva, singularizada nos acontecimentos ocorridos em São Paulo, realizamos a análise crítica da cobertura midiática sobre os eventos e em bibliografia consolidada sobre o movimento. O Ocupa Sampa e as ocupações das escolas estaduais em São Paulo foram acompanhadas diretamente e igualmente referendadas em estudos de outras e outros pesquisadores que compuseram nossas equipes.

No que diz respeito aos coletivos, foram realizados levantamento e mapeamento de um conjunto significativo de coletivos e de suas atuações na cidade de São Paulo e, com base nessas informações, foram realizadas observações diretas em eventos, registros audiovisuais, conversas informais e entrevistas em profundidade com membros e lideranças (Borelli; Soares, 2023). Na impossibilidade de, no espaço deste artigo, apresentar as vozes e narrativas destes jovens, elencamos alguns trabalhos já publicados, que apresentam resultados empíricos, por meio dos quais tanto a metodologia quanto o protocolo metodológico podem ser explicitados, bem como as vozes juvenis presentificadas.¹

Em todas as manifestações, o interesse estava centrado na compreensão e análise da dimensão estético-performativa que se evidenciava, observando, descrevendo e analisando regularidades expressivas e igualmente problematizando os cruzamentos entre as agendas e pautas políticas das mobilizações, de forma transversal. Todos os casos de ativismos, mobilizações e manifestações juvenis serão posteriormente detalhados, sendo que sua apresentação na estrutura do artigo responde a marcadores de historicidades, ou seja, são apresentados e discutidos cronologicamente, respeitando-se o momento de sua emergência social.

No tocante ao arcabouço teórico-conceituais, a proposta de refletir sobre as juventudes no plural foi viabilizada pela colocação em perspectiva de pesquisas plurais e convergentes, o que se une para nós à urgente consideração dos processos nos quais as e os jovens protagonizam sua própria existência –como sujeitos de discurso e de ação (Reguillo, 2000)–, enfrentando situações de risco, de assujeitamento e opressão. Tendo observado atentamente às “linhas de fuga”

1. Para resultados pormenorizados referentes a essas investigações, aí incluídos materiais empíricos e narrativas expressas pelas e pelos jovens sujeitos, podem ser consultadas as seguintes publicações: Borelli; Pereira; Paiva e Bras (2023); Borelli; Pereira; Soares e Paiva (2024); Borelli, Rocha; Migliano; Arantes e Scudeller (2022); Borelli e Soares (2023); Borelli; Soares; Paiva e Klaus (2021); Pereira (2017); Pereira e Borelli (2015); Pereira; Bras; Paiva e Queiroz (2023); Pereira e Gheirart (2018; 2023); Rocha (2012a; 2012b; 2016); Rocha e Pereira (2018).

e à agência micropolítica (Deleuze e Guattari, 1996; Chaves, 2014) empreendidas por pessoas jovens, trazemos neste artigo perspectivas de abordagem que consideram o protagonismo juvenil ativista e contra hegemônico, percebendo-o no modo como efetivamente estas juventudes representam a si mesmas, seja na ocupação das ruas, seja nas manifestações e engajamentos em contextos digitais.

Filhos da urgência e, paradoxalmente, do desencanto, setores juvenis brasileiros nos propuseram –nos Fóruns Sociais Mundiais, nos Ocupas, nas ações dos *Black Blocs*, nas diferentes Marchas (da Maconha, das Vadias), nas manifestações que tiveram seu ápice em junho de 2013 (inicialmente disparadas pelo Movimento Passe Livre²), nos rolezinhos, e na ação mais perene de diferentes coletivos–, uma gramática de expressão e de ação resultantes de demandas coletivas. De maneira por vezes contraditória, em comum anunciavam uma nova forma de gestionar o espaço público, inclusive o tecnologicamente mediado; e, de modo cabal, impuseram uma revisão a contrapelo do próprio pilar que sustentara a moderna tradição política brasileira – ordem (para quem?) e progresso (de que tipo, a que custo?) –, essa já anacrônica reinvenção da tríade da modernidade, em sua feição desenvolvimentista e normativa: ordem, beleza, pureza.

Juntamente ao enfrentamento às institucionalidades, certas modalidades de ações coletivas também negociam com algumas dessas instâncias, em especial, quando configuram uma expressão política ativista e quando se organizam em coletivos. Iconoclastas contumazes, e defensores de utopias presentes –práticas e possíveis–, os jovens organizados coletivamente estabelecem articulações com contextos globais, embora suas agendas sejam, muitas vezes, fortemente locais/territoriais. Tendo esse marcador no horizonte, buscaremos problematizar como algumas dessas expressões assumem, no Brasil, em especial na cidade de São Paulo, configurações particulares.

Baseando-nos nesse norteador reflexivo, analisamos modos de configuração e atuação coletivas, de ativistas e de formas não convencionais de mobilização juvenil, em pesquisas por nós efetuadas desde os anos 2000 e que se estendem até hoje. Notamos que essa gramática de presença pública tem sinalizado para expressividades estético-políticas de jovens urbanos bastante significativas, permitindo identificar marcadores paradigmáticos de ação coletiva propositiva. Nomeamos essas visadas de ação social coletiva de *expressividades culturais e comunicacionais do político* (Rocha, 2009), posto que elas têm se pautado pela mobilização de ferramentas, formatos e conteúdos de natureza comunicacional e midiática, que constituem lutas políticas por inclusão, visibilidade e inteligibilidade. É, por exemplo, um indicador relevante do alcance dessa atuação, a crescente inserção de jovens ativistas no âmbito da política institucional brasileira,

2. O Movimento Passe Livre (MPL), caracterizado por sua organização autônoma, apareceu no início dos anos 2000, com pauta voltada à crítica ao modelo de mobilidade urbana e de transporte público existentes no Brasil. O MPL ganhou ampla visibilidade em 2013, quando eclodiram manifestações em várias cidades do país (Jornadas de Junho), centradas inicialmente na recusa ao aumento da tarifa nos transportes, mas, rapidamente ampliadas para um conjunto de reivindicações sociais e políticas. Foram consideradas um ponto de inflexão na política brasileira.

bem como há uma progressiva e crescente visibilidade de atores juvenis politicamente implicados que vêm se apropriando de ambiências comunicacionais, como aquelas constituídas pelas redes sociais digitais, para publicizar suas pautas e agendas de luta.

Perea (1998), ao problematizar as relações estabelecidas por jovens colombianos com a política tradicional propõe que, juntamente ao descrédito em relação às institucionalidades, também se notava o que ele entendia como o aparecimento de novas formas de se construir identidades coletivas, associadas ao plano das expressividades e subjetivações juvenis. Talvez, nesse caso, se possa operar um primeiro discernimento, localizando nessas construções identitárias uma categoria de ação juvenil que se poderia associar a uma “expressividade política” (Rocha, 2008).

Esclarecemos que nosso olhar para as juventudes se faz em um entramado crítico, situado e implicado, interagindo criticamente com a dimensão performática por meio da qual expressam suas vozes, narrativas, práticas discursivas, produções audiovisuais e práticas corpóreas, e tendo por horizonte a observação ativa e a análise sistemática do modo como ocupam as ruas da cidade –nem sempre de maneira organizada– e a forma como igualmente vão fazendo uso das redes e das tecnologias digitais. Temos nos dedicado em específico a perceber entrelaces entre ações políticas, culturais e linguagens estéticas, um dos marcadores mais auspiciosos que emergem de fazeres juvenis cotidianos, produzindo consciência de si e do mundo em que vivem. Para responder a esta problemática este artigo analisa transformações recentes nos modos de agir coletiva e politicamente das juventudes, enfatizando em específico alguns recortes, detalhados ao longo de nossa escrita.

Quando iniciamos nossos estudos sobre as juventudes brasileiras, no início dos anos 2000 – projeto “Jovens urbanos: concepções de vida e morte, experimentação de violência e consumo cultural” (FAPESP, 2003-2004), cujos resultados foram publicados em Borelli, Rocha e Oliveira (2009)–, um dos principais norteadores que se apresentavam – e marcaria o diálogo com uma rede internacional de juvenólogos posteriormente institucionalizada desde 2008, junto ao Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO), por meio do GT Juventudes y Infancias en America Latina – presumia a articulação entre concepções teóricas, protocolos metodológicos e as próprias experiências dos sujeitos e sujeitas das investigações. Essa postura epistemológica encontra-se embasada, por um lado, na perspectiva da reflexividade (Cubides; Guerrero, 2012), na qual sujeitas/sujeitos investigadores e sujeitas/sujeitos da pesquisa encontram-se em situação de mútua afetação; e, por outro, na convicção de que teoria e metodologia estão intrinsecamente conectadas.

Posto isso, serão analisados, no recorte proposto para este artigo, algumas modalidades de ações coletivas juvenis no período entre 2000 e 2020, com destaque para os antecedentes históricas das mutações na ação política e no modo de organização das resistências juvenis e, a seguir, para aquelas que acompanhamos mais diretamente em nossos projetos de investigação na cidade de São Paulo: marchas, jornadas de junho de 2013, rolezinhos e coletivos juvenis.

Uma primeira seção do artigo, traz um histórico crítico dos antecedentes - Fórum Social Mundial, Ocupas e Black blocs - que tornaram possíveis as ações juvenis aqui enfocadas. Em seguida, são analisadas manifestações importantes ocorridas na cidade de São Paulo, a partir do século XXI, tais como as marchas (das Vadias, da Maconha, entre outras), o Ocupa Sampa e as ocupações das escolas estaduais em São Paulo. Em prosseguimento à genealogia proposta, trazemos as Jornadas de Junho de 2013 e os Rolezinhos, ocorridos já nos anos 2010. Por fim, analisamos os coletivos juvenis, sua definição e conceituação e algumas de suas práticas como importantes laboratórios de enunciação e ativismo juvenil.

Antecedentes: Fórum Social Mundial, *black blocs* e ocupas

Tendo por marcador de periodização os anos de 2000 a 2020, alguns acontecimentos- “o que entender por acontecimento? [...] imprevisibilidade [...] quanto mais raro, quanto mais estranho” (Martín-Barbero, 2004, p. 88) -podem ser compreendidos como marcos históricos na configuração de ações coletivas, de ativismos e de coletivos juvenis contemporâneos. Tais acontecimentos indicam uma reconfiguração na agenda de reivindicações e nas práticas políticas de resistência mobilizadas por jovens brasileiros. Inicialmente, as insatisfações e protestos estavam atrelados à crítica ao modelo neoliberal e ao campo de ação de corporações multinacionais, levando, paulatinamente, a uma forte crítica à política institucional e aos próprios partidos políticos. Desde as primeiras ações de grupos juvenis anarco-punks, indígenas, militantes partidários e ativistas apartidários ocorridas no Brasil -durante e em paralelo ao primeiro encontro do Fórum Social Mundial em 2001, na cidade de Porto Alegre (RS)-, um novo lugar de protagonismo juvenil foi esboçado.

Mas não apenas isso. As palavras de Leite (2007), integrante da Secretaria e do Conselho Internacional do Fórum Social Mundial, falam de uma inovação política, evocando o “espírito de Seattle” para descrever a emergência do que considera o lado fantasmático, a brecha imprevista do modelo de desenvolvimento neoliberal. O autor localiza nos movimentos antiglobalização capitalista a gênese de um novo modo de fazer política, uma nova maneira de organização social, ambos caracterizados pela metáfora da rede, pela ambição coletivista e estrutura não-hierárquica, que não por acaso seriam preceitos instituintes de boa parte dos coletivos, marchas e movimentos juvenis que floresceram nas últimas décadas.

Os *Fóruns Sociais Mundiais*, realizados entre 2001 e 2018, inicialmente como contraponto ao Fórum Econômico Mundial de Davos (Suíça), lançaram algumas pistas para a compreensão do que se viria a caracterizar como novas expressões políticas juvenis, tendo por principal vetor gregário o enfrentamento às desigualdades e exclusões vinculadas ao projeto neoliberal global, e mirando seus impactos mais visíveis no cotidiano local, em questões ambientais e urbanas. Ainda que tenham sido idealizados por um empresário, Oded Grajew, por um arquiteto, Francisco Whitaker, e por um jornalista, Bernard Cassen, os Fóruns atraíram muitos jovens, vários deles vinculados a Organizações

não-governamentais (ONGs), a movimentos sociais críticos à globalização e a agremiações anarquistas, já com um perfil que viria a se nomear ativista.

Ao lado das ações reflexivas e propositivas dos Fóruns, que buscavam indicadores para uma nova perspectiva de desenvolvimento social –problematizando as origens macrosociais e globais das desigualdades–, outro evento, relevante para demarcar a genealogia de mutações contemporâneas da política associadas às juventudes, está situado em um pólo radical e anti-institucional nos chamados *black blocs*. Estes agrupamentos táticos de base anarquista e configurações múltiplas, tem sua origem associada à chamada “batalha de Seattle”, de 1999, durante reunião da Organização Mundial do Comércio (OMC). Esta tática de protesto juvenil mundial e anticapitalista pratica a ação direta no combate a corporações e governos que em sua visão as apoiam. Segundo Dupuis-Déri, “[o]s Black Blocs são compostos por agrupamentos pontuais de indivíduos ou grupos de pessoas formados durante uma marcha ou manifestação.” Para o autor, “[o] principal objetivo de um Black Bloc é indicar a presença de uma crítica radical ao sistema econômico e político” (Dupuis-Déri, 2014, p. 10).

Vestidos com roupas e máscaras pretas, os black blocs tornaram-se conhecidos no Brasil nos anos 2000, atuando posteriormente na cena desencadeada pelos Ocupas, e compondo um dos vários e díspares agrupamentos juvenis atuantes nas manifestações de 2013, mais conhecidas como Jornadas de Junho. Rendendo aos holofotes midiáticos cenas emblemáticas, que acarretaram à contestação antiglobalização o estigma de vandalismo, grupos punks, associados aos black blocs, saíram em junho de 2007 às ruas de São Paulo para protestar contra a reunião do G8 –sigla que denomina os oito países mais ricos e influentes do mundo: Estados Unidos, Japão, Alemanha, Canadá, França, Itália, Reino Unido e Rússia– que acontecia na Alemanha. Em meio a confrontos com a Polícia Militar, quebraram as vidraças de uma lanchonete da rede McDonald’s e de agências bancárias na Avenida Paulista, anunciando um modo de atuar que, na leitura de meios de comunicação massivos, parecia surpreendentemente agressivo e inesperadamente global.

Em 2011, outra dinâmica efetivamente global e sincrônica de intervenção emergiu, acionando neste caso a perspectiva das “ocupações”, termo já familiar a uma longa tradição de movimentos sociais brasileiros, em especial os de moradia e aqueles vinculados às propostas de reforma urbana. Esses movimentos de protesto, conhecidos como *Occupy/Ocupas*, e que ganharam visibilidade mundial com o *Occupy Wall Street*, mesclaram a visada antiglobalização a um questionamento mais direto ao capitalismo financeiro mundializado, configurando

um fenômeno que há muito não se via: uma eclosão simultânea e contagiosa de movimentos sociais de protesto com reivindicações peculiares em cada região, mas com formas de luta muito assemelhadas e consciência de solidariedades mútua. [...] Houve uma sincronia cosmopolita febril e viral de uma sequência de rebeliões quase espontâneas. [E] uma mesma forma de ação: ocupações de praças, uso de redes de comunicação alternativas e articulações políticas que recusavam o espaço institucional tradicional. (Carneiro, 2012, p. 7-9)

Portadores de uma capacidade ímpar de mobilizar as redes e sua cultura, a geração do novo ativismo é também aquela que irá gerir uma nova proposta de comunicação pública. A lógica do *compartilhar* – linguagem familiar a todos aqueles que um dia tiraram fotos da participação em uma manifestação e logo depois as colocaram ao acesso digital de seus amigos –, foi se transformando em uma ferramenta de intervenção coletiva. Assim, ao lado de uma clara dimensão anti-sistêmica, dialogicamente herdeira do desencanto ideológico pós-queda-do-muro, e do esgotamento diante das opressões de classe, uma curiosa brecha de expressão e mobilização foi percebida e praticada por meio do uso ativo, criativo, sistemático e lúdico de um dos pilares mais caros às contemporâneas sociedades do consumo: as tecnologias móveis e a ocupação ostensiva e intensiva do espaço público tecnologicamente mediado, as redes sociais em condição de destaque. Segundo Gohn (2011), “[n]ovíssimos atores entraram em cena, tanto do ponto de vista de propostas que pautam para os temas e problemas sociais da contemporaneidade, como na forma como se organizam, utilizando-se dos meios de comunicação e informação modernos” (Gohn, 2011, p. 338).

A mídia de massa, instituição atuante na constituição de uma proposta bastante idiossincrática de nação – a Rede Globo de Televisão de modo paradigmático – foi e continua sendo um dos alvos da crítica de variados setores juvenis organizados no Brasil. Assim, coaduna-se nas diferentes práticas sociais juvenis a crise ideológica e a potência tecnológica. Igualmente, a pedagogia da visibilidade performativa e compulsória estimulada *ad infinitum* por um capitalismo de base subjetivista e midiática, é apropriada, modelada, re-instituída sob outros parâmetros ou, antes, com novos objetivos.

Dialogamos aqui com a leitura proposta por Soares (2016), quando, referendando-se em Butler (2015), sugere “uma atitude autorreflexiva em que o limite do olhar sobre o Outro é a condição existencial da escritura crítica” (Soares, 2016, p. 73). Baseado em uma de suas etnografias, o autor traça uma interessante correlação analítica entre experimentações da cidade, políticas do corpo e a articulação – em termos de uma equação política original e complexa – entre os sujeitos e a cultura das celebridades, entendida como aparato simbólico que norteia “formas de estar no mundo, atribuir sentido às territorialidades e aos lugares, bem como inserir-se numa dinâmica que envolve consumo e cidadania” (Soares, 2016, p.74).

A seleção de fenômenos, mobilizações e agrupamentos juvenis que apresentaremos a seguir considera a anterioridade que ecoará dos acontecimentos acima apresentados, emblemáticos de um novo protagonismo na ação coletiva juvenil que observamos no Brasil, e mais especificamente em São Paulo. Apresentam características ou modalidades distintas, podendo ser mais perenes e organizados (marchas, coletivos ativistas) ou caracterizados por mobilizações disruptivas, por explosões pontuais, impactantes e, em certo sentido, inconclusivas (como os rolezinhos e as jornadas de 2013).

De modo transversal, referendam-se na ocupação das ruas, das redes sociais e das políticas públicas, com o enfrentamento do neoliberalismo, das corporações, da grificação, do mercado imobiliário, com a ascensão de pautas relacionadas

a desigualdade, aos marcadores sociais da diferença e às assimetrias de poder. Este protagonismo juvenil, coletivo e intensivo, indicava uma performatividade na ação pública, combinando elementos estéticos, culturais e corporais (Chaves, 2013).

Como argumenta Aguilera (2008), mergulhados em cenas de intensa tessitura tecnológica e comunicacional, os jovens criam sua própria episteme, ou seja, são capazes de explicar a si mesmos e aos acontecimentos dos quais são protagonistas:

[Em um] contexto de alta densidade informacional emergem as vinculações com as novas tecnologias, com buscar informação e difundir-la através da Internet, as páginas de contra-informação assim como a possibilidade de entender que a *própria prática comunicacional se transforme em um novo modo de grupalidade*. (Aguilera, 2008, p. 42; *tradução e grifos nossos*)

Marchas, Ocupa Sampa e ocupações das escolas estaduais em São Paulo

Desde os anos 2000, começam a se organizar com mais visibilidade e vigor os autodenominados coletivos e as marchas juvenis de monta no Brasil. Antecedendo às manifestações de junho de 2013, nos anos de 2011 e 2012 várias marchas (locais, regionais, nacionais e mundiais) haviam ocupado as cidades brasileiras. Organizadas por jovens, em sua grande maioria ativistas, ou seja, já com uma experiência de comprometimento político, são formas contemporâneas de engajamento juvenil que se constituem em zonas de cruzamento: trafegando entre o consumo de materialidades e de visualidades, entre a cultura massiva e a midiática, entre a urbanidade e a virtualidade, as mobilizações juvenis denominadas de *marchas* caracterizam-se como ações comunicacionais e práticas políticas de fronteira.

Efetivamente, as manifestações juvenis que ganharam visibilidade na década de 2000, e impactaram naquelas ocorridas nos anos de 2010 a 2020, têm transitado por diferentes níveis e escopos de atuação. Dentre as de alcance ou agenda mundial, destacam-se justamente aquelas vinculadas ao confronto e rechaço ao capitalismo neoliberal globalizado. Algumas pautas transversais se fizeram presentes, articulando, por exemplo, a Marcha da Maconha,³ a Marcha das Vadias,⁴ e posteriormente, a Marcha pela Liberdade de Expressão.⁵ Ambas

3. A Marcha da Maconha é uma mobilização internacional que defende a descriminalização da maconha e mudanças substanciais nas políticas referentes a drogas. Sua primeira edição no Brasil aconteceu em 2002, no Rio de Janeiro, e se estende até os dias atuais.

4. A primeira Marcha das Vadias no Brasil aconteceu em 2011, na cidade de São Paulo. Essa manifestação foi inspirada pela SlutWalk, que começou em abril de 2011 em Toronto, no Canadá, depois que um policial disse, durante uma palestra sobre segurança, que “as mulheres deveriam evitar se vestir como vadias para não serem estupradas”. Essa fala gerou indignação e acabou impulsionando o movimento global, que ressignificava a palavra “vadia” e se posicionava frontalmente contra a culpabilização da mulher em casos de assédio e violência sexual e de gênero.

5. A Marcha pela Liberdade de Expressão, em 2011, foi uma manifestação organizada para

problematizaram e demandaram diferentes usos dos corpos, bem como articularam questões de sexualidades e gênero a pautas ambientais e, ambas, a prescrições religiosas.

A primeira marcha mais relevante ocorreu em 2002, no Rio de Janeiro (RJ), tendo sido a edição nacional da Marcha da Maconha, e ali uma nova gramática de ação social das juventudes parecia emergir. Talvez uma das marchas mais perenes, a Marcha da Maconha segue ativa e cada vez mais politizada e propositiva. Em sua última edição, a décima sexta (junho de 2024 em São Paulo), os coletivos que a organizaram questionaram frontalmente a Proposta de Emenda Constitucional (PEC 45/2023) das Drogas, que criminaliza a posse e porte de maconha, e o Projeto de Lei (PL 1904/2024) do Aborto, que criminaliza a prática em casos de estupro.

Extrapolando o âmbito da política institucional e partidária tais modos de organização passam a ser associados a uma perspectiva ativista, termo utilizado para descrever mobilizações juvenis que encamparam traços de ação direta e a proposição de um perfil identitário coletivo, com uma gestão mais horizontal e colaborativa. Representaram, ainda, a ocupação do espaço público com temas e corpos dissidentes e a questões tabu, como a descriminalização da maconha, o aborto, o ecumenismo religioso e a defesa de um estado laico. Dialogavam com perspectivas colaborativas estabelecidas em torno a causas e agendas transversais, muitas vezes assumindo dimensões nacionais e globais.⁶

Se a Marcha da Maconha segue como um referente importante para o debate acerca da regulamentação do comércio e uso da *cannabis* (tanto recreativo quanto medicinal e industrial), a Marcha das Vadias foi uma ação fundamental no reposicionamento das pautas de gênero e sexualidade na agenda pública nacional, contribuindo ainda para a politização do denominado, de modo pejorativo, “ativismo de sofá”. Combativas e esteticamente engajadas, as Vadias (2011-2013), oriundas da *SlutWalk* canadense (Beraldo, 2014; Garcia e Abrahão e Sousa, 2014), trouxeram à cena corpos femininos protagônicos e desafiadores, com seios nus e corpos pintados, popularizando palavras de ordem como “meu corpo, minhas regras”, “meu corpo não é um convite”.

Nesse caso, a via estética nos permite aferir o caráter cultural e as mutações do sensível atinentes às mobilizações estudadas. O conceito de narrativas, aqui, dilata-se, e nos permite identificar no ativismo um modo particular de dar voz a causas e afetos. É por meio de narrativas performadas, oralizadas, visibilizadas

defender o direito à livre manifestação de ideias e opiniões, em resposta a episódios de censura, repressão ou restrições ao debate público. Foi caracterizada pela mobilização de ativistas, jornalistas, artistas e outros segmentos da sociedade civil em várias cidades brasileiras. Esse movimento ganhou força especialmente após a repressão à “Marcha da Maconha”, quando manifestantes foram impedidos de se reunir sob o argumento de apologia às drogas.

6. Acompanhamos, entre 2011 e 2014, ao todo, 14 marchas realizadas na cidade e no estado de São Paulo, divididas em quatro categorias (mundiais, nacionais, regionais e locais): das vadias; mundial pela paz e pela não violência; da maconha; mundial das mulheres; contra a construção da usina de Belo Monte; sexta sem pele; da liberdade; pelo Estado laico; fora Ricardo Teixeira; contra homofobia e pela aprovação do projeto de lei 122; do skate; contra a violência e extermínio de jovens; pela educação; dos bons drinks.

e corporais, que percebemos a construção de uma constelação autobiográfica juvenil, que, ao mesmo tempo, é um repositório de histórias compartilhadas. Narrativas são, portanto, relatos que trazem em sua materialidade as marcas do vivido, a entonação existencial dos sujeitos/sujeitas que relatam, evitando-se “uma busca de verdade ou de reconstrução dos fatos, acontecimentos ou eventos sociológicos, mas sim [são compreendidas] como versões a partir do presente” (Serrano Amaya, 2004, p. 44). Modo de dizer, lugar discursivo, são também forma plástica que abriga um corpo que narra, um corpo – ou vários – que narra seu tempo, ao mesmo tempo em que, na materialidade da narrativa produzida, funciona como barômetro do tempo vivido; narrando-se, os jovens constroem seus “palimpsestos de identidade” (Martín-Barbero, 2017) mas, igualmente, fazem-se metáfora do espírito de seu tempo (Morin, 1984).

Afinando-se a esse recorte, as marchas são ações estratégicas por meio das quais setores juvenis constroem a visibilidade de suas causas e valores, consolidando uma agenda própria, que enfrenta a pauta midiática de base massiva, negociando não apenas conteúdos, mas formas e modos de dizer, viver e tratar temas de relevância. Assim, não é estranho a esse tipo de ativismo a mobilização de canais próprios de divulgação e mobilização que atravessam a cena urbana e massiva pela via das redes sociais. O mapa de visibilidade desses e dessas jovens se efetiva pela presença constante nas redes sociais, tendo significado igualmente uma vasta geração de vídeos ao vivo, produzidos de próprio punho, muitas vezes com a utilização de celulares.

Situações como essa nos levam a defender o forte componente comunicacional de tais experiências e narrativas e, em direção complementar, permitem identificar o sentido político desta visibilidade. Aguilera (2008) é um dos pesquisadores que articula o debate sobre as políticas de visibilidade àquele das lutas pela representação. O autor compreende que a informação e a comunicação se transformam em um novo lugar de conflito constituinte de ações coletivas, ao passar por tais processos/espços as possibilidades de disputar e mudar os códigos de leitura do social, assim como os insumos fundamentais para a construção de projetos políticos coletivos (Aguillera, 2008, p. 22).

Uma combinação não de todo inesperada será paulatinamente reforçada, unindo crise ideológica e potência política das tecnologias. A virada tecnológica que ganha formatos originais, com as plataformas e as redes sociais digitais, configura um marcador relevante na aproximação com as condições de emergência de coletivos ativistas e de ativismos colaborativos. Foi justamente mediante a utilização intencional e consciente de redes digitais e, posteriormente, de aparelhos celulares, que as juventudes brasileiras constituíram formas gregárias e transterritoriais de mobilização em torno de causas e pautas comuns. Tais práticas geraram, em momentos específicos, o que se convencionou chamar de “ativismo de sofá”, mas que também ocasionaram ações que ultrapassaram o universo das redes, como foi o caso de inúmeras marchas e manifestações públicas.

Uma das modalidades de ações coletivas juvenis que dialoga com a experiência acumulada pelas marchas e também instigada por chamamentos globais está localizada no movimento *Ocupa Sampa*. Jovens paulistas, muitos deles

integrantes de outros movimentos sociais, bem como universitários, ocuparam em 2011 o Vale do Anhangabaú, no centro da cidade de São Paulo, numa manifestação que guardava ressonâncias com os acampamentos realizados ao redor do mundo. Por dois meses, entre outubro e dezembro daquele ano, o Vale foi ocupado por cerca de 250 barracas e contou com a presença aproximada de 600 jovens.

Na ocupação, foram elaboradas novas formas de sociabilidade e de relações dos jovens entre si, com o cenário que os cerca, com outros segmentos populacionais –entre eles, pessoas em situação de rua, adictos de drogas, moradores, transeuntes usuais ou ocasionais da região– bem como novas formas de organização (entre elas, estabelecimento de comissões de comunicação e de infraestrutura, por exemplo), e atuação relacionada à reciclagem do lixo, ao recebimento e entrega de doativos, a construção de uma mini horta orgânica, entre outras ações.

Os participantes do Ocupa Sampa relataram [a existência de] desigualdade social, homofobia, brutalidade policial (especialmente contra negros e jovens pobres), violência contra mulheres, especulação imobiliária e falta de moradia para os pobres. Posicionaram-se contra a corrupção e o sistema penal, que criminaliza os movimentos sociais, e criticaram as remoções de famílias para as obras da Copa do Mundo [...] Em São Paulo, a discussão esteve centrada na importância da participação direta e da real democracia, envolvendo cidadãos para terem voz para decidir sobre questões que afetam sua vida cotidiana. (Oliveira e Segurado, 2014, p. 3-4 - *tradução nossa*)

Destaca-se ainda o uso da internet e das redes sociais digitais - especialmente Facebook e Twitter naquele momento - tanto para a mobilização como para a visibilidade alcançada e o incremento e descentralização do debate político, ampliando as possibilidades de ação coletiva e relações mais horizontalizadas.

Também em São Paulo, vale destacar a emergência de uma mobilização de forte teor político e característica autogestionária proporcionada pelo enfrentamento ao Projeto de Reorganização Escolar promovido pelo Governo do Estado, durante o segundo semestre de 2015. Tal mobilização gerou manifestações de rua, passeatas e a *ocupação das escolas estaduais* –num movimento de estudantes secundaristas posteriormente (2016) denominado “Não fechem minha escola”–, inicialmente na capital paulista e, posteriormente, em outras regiões do Estado.

Caso tivesse implementado a Reorganização, pelo menos 300.000 jovens estudantes do sistema público de ensino do Estado de São Paulo teriam sido re-localizados em outra escola, em muitos casos afastada da residência dos estudantes, e agravando o problema da superlotação das salas. Finalmente, a Reorganização teria significado o fechamento de pelo menos 94 escolas do Estado de São Paulo e a demissão de um número indeterminado de professores e funcionários. Perante os problemas estruturais e financeiros inerentes à educação pública brasileira, a Reorganização foi a gota d'água para a paralisação de centenas de escolas estaduais, manifestações nas ruas do estado de São Paulo, ocupação de mais de uma centena de escolas e constantes cenas de enfrentamento entre estudantes e agentes da Polícia Militar. (Rico, 2017, p. 15)

Os estudantes secundaristas se mobilizaram por meio de aplicativos de redes sociais e desenvolveram um vasto material de representação sobre si mesmos e o movimento, gerando fanzines, produção audiovisual, debates, formação política e manifestações públicas (Almendary y Borelli, 2021). Conseguiram ainda mobilizar uma rede de alianças com diversos atores sociais (professores, pais e outros setores da sociedade civil) na promoção de aulas abertas, oficinas, eventos culturais, alimentação colaborativa, ressaltando uma capacidade de auto-organização.

Tiveram ainda por característica uma organização autônoma e horizontal, sem lideranças claramente definidas, esboçando formas outras de ativismo juvenil propositivo e articulado à participação direta nas decisões que sobre eles incidem. As pautas de mobilização se ampliaram,

com denúncias referentes à falta de relações democráticas na escola, à precariedade das escolas e à falta de professores. Aulas livres e debates nas escolas ocupadas, durante o período da ocupação, inseriram temas como: relações de gênero, racismo e homofobia, entre outros. O movimento fez emergir questões e temas não abarcados pelo modelo gerencial proposto pela secretaria. (Gohn, 2018, p. 126)

Jornadas de Junho de 2013 e Rolezinhos

Em meio às diferentes manifestações de ativismo coletivo juvenil, o evento conhecido como *jornadas de junho* (2013) trouxe certa anomia e inconclusividade ao plano dos “novíssimos” movimentos sociais. Neste período, uma insurreição complexa e por vezes caóticas se manifestou e se difundiu vertiginosamente nas ruas de cidades do país, tendo ocorrido em São Paulo aquelas que se consideram as primeiras grandes mobilizações. Mapeando as diferentes etapas das manifestações de 2013, Singer (2013) adverte que

anos depois de 1968, o filósofo Jean-Paul Sartre afirmava ainda estar tentando entender o que havia acontecido. Desconfio que o mesmo vá ocorrer conosco. Por muito tempo ficaremos a nos perguntar tanto sobre a gênese quanto sobre o significado desses acontecimentos de junho, como, segundo o filósofo Paulo Arantes, os franceses tratam o famoso maio soixante-huitard. (Singer, 2013, p. 22)

Corroborando essa interpretação, não nos parece possível uma avaliação esquemática do que se passou. Para situar as manifestações de junho de 2013, ocorridas em diversas cidades brasileiras, estabelecemos uma pequena cartografia. No cerne destas mobilizações identificamos fluxos e formas paradoxais, com o exercício de uma atitude iconoclasta pendular, ora consciente, ora impulsiva, ora contestadora, ora reacionária.

Antes mesmo de refletir com maior profundidade sobre o alcance e a origem de movimentos como “Passe Livre” (MPL), nos vimos nas ruas, tomadas pela potência espontânea e imprevisível das manifestações. Pareciam tomar de assalto às ruas paulistanas, mesclando, em um balé idiossincrático, garotas muito

compenetradas, de cabelos longos e vestidas com excessivo esmero, ativistas das mais variadas linhagens, curiosos, com seus frenéticos celulares, e, o que particularmente impressionava, pouquíssimos jovens militantes filiados ao “Partido dos Trabalhadores” (PT), então no poder, com a presidência de Dilma Rousseff. Em uma das manifestações, presenciamos suas bandeiras serem depostas, mediante gritos de “Sem partido! Sem partido!”, e sob as ameaças de alguns mascarados extremamente agressivos, supostamente (ou esteticamente) vinculados ao agrupamento “Anonymous”.⁷

No desenrolar dos protestos, observamos a composição múltipla que agregava manifestantes díspares. Os jovens das jornadas não eram necessariamente vândalos, nem exatamente bons-moços, não eram propriamente de esquerda, nem de direita. Eram belos, fortes, potentes. Mas podiam se converter em máquinas de guerra tomadas de frenesi combativo, e isso assustou aqueles que se acostumaram a vê-los ultrapassando fronteiras apenas na ritualística das “baladas”. Eram filhos da democracia, e seus críticos. A composição ideológica das manifestações nunca ficou clara, nem tampouco a participação de setores das classes médias configurava um cenário preciso de confronto ou de elaboração de uma agenda combativa ou anti-sistêmica de reivindicações.

Contudo, algo há que se reconhecer: esses e essas jovens pareciam sedentos de agregação, de expressão e de ação coletiva e, em determinado momento, alcançaram as franjas urbanas. Como bem identificou Singer (2013),

em certo momento os protestos adquiriram tal dimensão e energia que ficou claro estar ocorrendo algo nas entranhas da sociedade, algo que podia sair do controle. Mas nunca restou nítido o que estava acontecendo. Ainda penso que, como escrevi à época, tendo se espalhado por mais de 350 municípios, mobilizado milhões de pessoas, obrigado à revogação do preço das passagens e ameaçado a Copa das Confederações, os movimentos de fato moveram uma placa tectônica quando começaram a se espalhar para as vastas periferias metropolitanas. Foi então que as autoridades, encabeçadas pela presidente Dilma Rousseff, ativaram as alavancas de emergência, demonstrando que a trinca tinha sido devidamente detectada na cabine de comando. (Singer, 2013, p. 24)

Depois dessa onda de protestos que tomou conta do Brasil em junho de 2013, e à beira de várias manifestações contra o Mundial de futebol sob o lema “Não Vai Ter Copa”, a presidenta Dilma Rousseff, tentava gerir novos movimentos de massa, os *rolezinhos* – encontros organizados em centros comerciais de elite por jovens periféricos por meio de redes sociais que resultaram em ocupação física e simbólica daqueles espaços. “Rolezinho” é o diminutivo de “rolê”, palavra que na linguagem juvenil quer dizer “encontro”, “passeio”.

Também de mobilidade e de uma demanda por liberdade nos falavam esses jovens moradores das periferias paulistanas. Mas, agora, pareceria haver no cerne do movimento um curioso acerto de contas com a inclusão pelo consumo

7. Coletivo descentralizado de hackers e ativistas surgido na década de 2000, utilizando ataques cibernéticos e protestos online. Caracteriza-se pelo uso da máscara de Guy Fawkes, simbolizando anonimato e resistência.

que havia se concretizado nos anos do governo Lula. Igualmente se notava uma resposta ao estrangulamento das oportunidades de lazer pela população jovem subalternizada paulista, a mesma que ocupava as ruas periféricas com aparelhos de som, bebida e coreografias nos “fluxos”, eventos que ainda movimentam a economia periférica, com venda de bebida, lanches e acesso pago à sanitários.

O fluxo, ou “pancadão”, tornou-se uma opção juvenil, e não por acaso em alguns deles, ao que se especula, foram idealizados os primeiros Rolezinhos. Recorrentemente desprezados por analistas que localizam em seus particulares protestos nada mais do que acomodação, violência atávica e fracasso consumista, vendo-os como ingênuos soldados que sucumbem às ordens do sistema, em outras ocasiões foram vangloriados por estudiosos que identificam em seus atos estéticos, espetaculares, a marca da resistência e da contestação.

Os Rolezinhos tiveram seu ápice em dezembro de 2013. Foram encontros marcados pela internet por adolescentes, em sua maioria habitantes das periferias urbanas, que dominavam com habilidade os repertórios de consumo de grifes de luxo e processos de celebração que temos chamado de pós-periféricos (Rocha; Silva; Pereira, 2015). Possuíram uma história de aparecimento que unia desejo de diversão, exercícios de visibilidade e de ação pública que, emblematicamente, incluíam a forte relação com o consumo cultural e a cultura dos fãs – de cantores de funk, “especialistas” em estilo, facebookeros de sucesso.

Também se nota, nessas manifestações, o culto a estilos musicais que, ao mesmo tempo, enalteciam valores, estilos de vida e materialidades do consumo de luxo, e pregavam, de modo igualmente ostensivo, o rompimento das barreiras que negavam aos jovens da periferia o acesso a tais práticas e posses. Os refrões do funk ostentação foram a paisagem sonora recorrente entoada pelos rolezeiros nos corredores dos shoppings paulistanos. A repressão policial aos participantes gerou alguma repercussão pública e pânico por parte de algumas das grifes de luxo por eles vangloriadas.

É assim que, pouco após o Brasil ter sido impactado pelas *jornadas de junho*, era noticiada a morte de um jovem de 18 anos, morador da periferia da cidade de São Paulo, que anteriormente ganhara notoriedade na grande imprensa brasileira e nas redes sociais. Lucas Oliveira Silva de Lima, identificado como um dos principais organizadores dos rolezinhos em Itaquera, na zona leste da cidade, sucumbiu na madrugada do sábado, dia 05 de abril de 2014, após ter sido agredido com chutes, supostamente durante uma briga iniciada em um baile funk.

Nesse mesmo período era investigado um caso, nunca solucionado, de crime envolvendo jovens paulistanos vinculados ao funk paulista. MC Daleste, nome artístico de Daniel Pedreira Senna Pellegrine. Cantor e compositor de funk ostentação, Daleste foi assassinado por um tiro de arma de fogo abaixo do peito durante um show. Segundo a perícia, foram três disparos, que o vitimaram na noite do dia 7 de julho de 2013, em Campinas, em uma apresentação musical. O cantor conversava com o público quando foi alvejado. Um fã no local filmando o evento registrou o momento em que Daleste foi baleado. A festa era gratuita e, segundo os moradores, mais de três mil pessoas acompanharam a apresentação.

Mais uma vez, episódios de violência criminal atingiram mobilizações de grande potência junto às juventudes periféricas, em especial aquelas que unem protagonismo organizacional e ações comunicacionais, estéticas e políticas. Há aqui uma compreensão do conceito de política em sentido amplo e não convencional, que acolhe, por exemplo, as expressões culturais, musicais e de lazer, como espaços fundamentais de afirmação identitária e resistência subjetiva.

Coletivos juvenis: observatórios processuais de enunciação

Em nossa experiência de realização de pesquisas com jovens e juventudes, o enfoque esteve voltado –desde 2009 (Borelli; Rocha; Oliveira, 2009) e com ênfase redobrada a partir de 2011 (Borelli; Aboboreira, 2011)–, para as mobilizações nas quais os jovens são também protagonistas e permitem o estabelecimento de ações políticas intergeracionais. Esses jovens aportam para a cena pública ações político-culturais de caráter coletivo, com pautas prioritariamente identitárias, mais ou menos institucionalizadas, mais ou menos organizadas. Esse conjunto de elementos –e a forma particular por meio da qual se agrupam–, nos permitiu caracterizá-los como coletivos juvenis. Isso porque constroem um sentido polifônico de “nós’ [...] “formado por uma trama de trajetórias e sujeitos plurais que decidem atuar juntos, organizados coletivamente” (Maia, 2014, p. 76).

Reguillo (2012) constrói uma diferenciação entre grupo, coletivo e movimento. Enquanto o primeiro compreende uma reunião de jovens sem uma organicidade, os coletivos seriam agrupamentos com maior ou menor organização ao comportarem projetos, pautas e/ou atividades em comum. Os movimentos, por sua vez, têm caráter tático na convocação dos atores juvenis ao espaço público, podendo implicar nas alianças de grupos diversos, tendo como mote a presença do conflito e de uma questão social em disputa.

Gohn (2018) colabora para essa conceituação quando afirma que os coletivos de jovens têm na horizontalidade e nas formas mais autônomas de organização e atuação uma importante característica. A autora assevera ainda que, atualmente, “os jovens aderem mais aos coletivos do que aos movimentos sociais, por não se identificarem com sua forma nem com seus métodos de ação, os quais reparam” (p. 120). Isso faz com que constituam “novas dinâmicas da ação coletiva, mas discursiva, estratégica e de confronto de ideias e valores” (idem).

Estamos cientes do grande número de coletivos que integram, de modo ativo e plural, essa nova ordem fenomenológica (Borelli; Soares, 2023), e que, inclusive pela mobilização de recursos tecnológicos e descentralizados de comunicação (Rocha, 2021), ultrapassam os contextos locais e metropolitanos. Em concordância com a complexidade e variedade de coletivos e de ativistas que os compõem, a análise aqui proposta não se pretende universal ou essencialista. Ao contrário, os caminhos reflexivos apresentados resultam da observação dialógica de práticas e saberes juvenis situados, assim como o são as metaleituras que, como pesquisadoras, fazemos dessas práticas.

Coletivos juvenis estão presentes nas paisagens metropolitanas, com atuações constantes nas ruas e nas redes digitais, e com agendas sincronizadas

aos contextos locais, nacionais e globais, em especial aquelas voltadas à desigualdade. Entre elas, destacam-se questões relacionadas às classes sociais, aos usos e ocupações da cidade, ao acesso e inclusão às culturas digitais, bem como pautas que privilegiam a diferença expressa pelos marcadores identitários associados a gênero, sexualidade, etnicidade, racismo e questões migratórias.

Coletivo, segundo Carmo (2018), é uma categoria fundamental e organizacional constituída por agrupamentos políticos/ativistas mais horizontais, menos institucionalizados e fortemente marcados pela articulação em rede, pois encontram-se inseridos em circuitos mais amplos, nos quais entram em contato e envolvem-se com outras pessoas, coletivos, projetos, pautas e territórios de aproximações e atuações. Essa convivência ampliada acaba por edificar elos de confiança, intimidade, estreitamento, solidariedade, acolhimento e compartilhamento de pontos de vistas e valores (Maia, 2014), fazendo com que seus membros mantenham, muitas vezes, relações de afinidade e amizade, e tornando o “espaço do grupo como local de afetividade, troca, da cumplicidade e da subjetividade” (Maia, 2014, p. 78). Caracterizam-se por arranjos instáveis, flexíveis e contingentes, ligados a outros agrupamentos de maneira reticular, e caracterizados por diferentes agendas políticas e identitárias, bem como variadas formas de colaboração, associação e oscilação no número de membros.

Vale destacar, entretanto, que esta instabilidade não necessariamente se mostra vinculada a uma fragilidade e nem mesmo a uma perspectiva, por exemplo, de cunho pós-moderno, que enfocaria a frouxidão dos laços sociais, como sugere Maia (2014, p. 77). Revela-se, sim, uma capacidade de adaptação e flexibilização na busca pela manutenção e fortalecimento dos apoios, das atividades e do fazer coletivo (Pereira; Gheirart, 2023).

E mais: conceber coletivos implica, como proposto por Cubides e Guerrero (2012, p. 70) compreender as formas selecionadas para “agrupar-se”, os “mecanismos de organizar-se” (baseado no “entre atuar”), as condições de “mútua afetação” e os “territórios e espaços de atuação”:

[Esses elementos] definem a possibilidade ou impossibilidade de que os grupos de jovens produzam acontecimentos políticos [criar] linhas de fuga capazes de desterritorializar sua ação, escapar das finalidades estabelecidas, desestruturas os tipos de formação e resistir à sujeição mediante a qual o projeto capitalista busca capturá-los (torná-los participantes) (p. 70 – tradução nossa)

A partir de 2015, estivemos voltadas a um mapeamento e análise qualitativa dos coletivos juvenis “que utilizam o cultural como ferramenta política e como substrato para possíveis transformações de si, de suas relações com os outros e da realidade que os cerca” (Borelli; Soares, 2023) na cidade de São Paulo. A busca pelos coletivos, bem como a definição dos critérios de inclusão/exclusão, mostrou-se um trabalho bastante complexo, uma vez que se verifica uma diversidade de “ações político-culturais protagonizadas por coletivos mais ou menos organizados e institucionalizados [...] e mais autônomos na proposição e realização de seus projetos” (Borelli; Soares, 2023). Algumas de nossas indagações se centraram em como encontrá-los e contactá-los, saber o que faziam, como construíram suas

vidas cotidianas, bem como suas estratégias de atuação. Nesse sentido, as redes sociais digitais mostraram-se fundamentais para a identificação, levantamento e primeiro mapeamento dos coletivos juvenis, dado que o intenso uso da internet e das plataformas digitais se mostrou como uma importante característica destes agrupamentos. O quadro analítico resultante foi e vem sendo atualizado na medida em que novos coletivos surgem, são localizados, ou desdobram suas ações para outras pautas e agendas, tornando este mapeamento dinâmico e processual.

Sem a possibilidade de trazer, no espaço deste artigo, mais detalhes sobre o protocolo metodológico estabelecido e utilizado (Borelli; Soares, 2023), bem como alguns dos resultados analíticos alcançados (Borelli; Pereira; Paiva; Bras, 2023; Pereira, Bras, Paiva e Queiróz, 2023), apresentamos aqui algumas considerações mais gerais sobre os coletivos juvenis ligados às ações político-culturais na cidade de São Paulo, bem como destacamos as narrativas ativistas de seus integrantes como importante lócus de enunciação política.

Ao definir o que seriam movimentos sociais, Gohn (2011) aponta para, dentre outros aspectos, o fato de eles exercitarem “o que Habermas denominou de o agir comunicativo. A criação e o desenvolvimento de novos saberes, na atualidade, são também produtos dessa comunicabilidade.” (Gohn, 2011, p. 336). Percebemos que esta comunicabilidade assume papel central nos coletivos ativistas, emulando uma gramática própria de visibilidade e produção de sentidos. Segundo a Escola de Ativismo, fundada em 2011, e autodenominada um coletivo independente, composto por ativistas e voltado ao fortalecimento de grupos ativistas, ativismo se refere à ação direta em apoio ou oposição a uma política social ou política de maneira ampla.⁸

O exercício empírico que envolveu observações de campo de cunho etnográfico e as entrevistas em profundidade com jovens dos coletivos nos serve de referência para enunciar aquilo que Paul Preciado (2014) chama de “contralaboratórios”,⁹ lócus por excelência das formas de resistência em tempos de totalitarismos subjetivos, de mercantilização ininterrupta do desejo e de gerenciamento cognitivo de nossos olhares e de nossa libido pela indústria “farmacopornográfica” (Preciado, 2014). É nesta ordem do contralaboratorial que nos dirigimos a narrativas e práticas ativistas, e, para tanto, não falamos em nome de qualquer ativista, mas buscamos problematizar o que emerge dessas falas, a partir da ênfase dada por seus próprios autores.

As noções de narrativa/narratividade, como já anteriormente enunciado, são entendidas como instrumento teórico e metodológico, bem como categoria epistemológica (Vila, 1996), capaz de se referir às formas com que atores sociais concretos se apropriam de suas experiências, nas quais a atenção não recai apenas em narrativas verbais discursivas, mas compreende o corpo como forma de narratividade. As narrativas permitem identificar e compreender como,

8. <https://escoladeativismo.org.br/>

9. “Mas não apenas a ciência tem este poder performativo. A arte e o ativismo se parecem com as ciências de laboratório. Tem também o poder de criar (e não simplesmente de descrever, descobrir ou representar) artefatos. [...] a arte, a filosofia ou a literatura podem funcionar como contralaboratórios virtuais de produção de realidade” (Preciado, 2014, p.35 - *tradução nossa*).

efetivamente, os jovens ativistas atuam em contextos capitalistas estruturados em torno de ideologias que enfatizam valores como criatividade, desempenho, flexibilidade e empreendedorismo, por exemplo. Ressalta-se as formas como estes jovens, no modo através do qual se comunicam e constroem suas trajetórias de vida, equacionam, em seu benefício e na consolidação de vínculos colaborativos, as demandas capitalistas às suas próprias exigências subjetivas.

Esses ativistas, integrantes de coletivos juvenis analisados, rechaçam dinâmicas e lógicas de funcionamento do capitalismo e das indústrias culturais e declaram-se usuários fervorosos de diferentes ferramentas e redes tecnológicas. Beneficiam-se da comunicação pós-massiva na produção e no consumo intenso de conteúdos e formas midiáticas, fundamentais não apenas para sua consciência de mundo, mas também para constituir e consolidar seu *ethos* ativista. Entendemos que os ativistas constituem redes muito particulares de apropriação e uso dos regimes de temporalidade urbanos e tecnológicos. Assim é que, mais do que demonstrar o espraiamento tentacular das forças moventes do capitalismo contemporâneo – esse que se diz cognitivo e que exige o criativo como sua mais cultuada ideologia – identificamos algumas das fissuras e brechas que vislumbramos nesse sistema, caminhando em direção a entrelugares subjetivos de produção de saber, e assumindo que, nesses espaços, o saber-pensar e o saber-falar são peças políticas fundamentais das táticas do poder-fazer ativista. Tecendo estas brechas, por entre e fora das bordas, negociando com astúcia e criticidade com o canto das sereias do capitalismo cognitivo, os jovens ativistas que entrevistamos, moradores da maior cidade do Brasil, constroem suas redes colaborativas, ocupando a cidade e o espaço virtual, cujas fronteiras borram e ultrapassam.

Considerações finais: epistemes juvenis ativistas e comunicacionais

Sem a intenção de uma escrita conclusiva, extraímos algumas considerações do balanço apresentado neste artigo. Do que nos falam as ações coletivas juvenis das duas últimas décadas? Muitos das e dos jovens aqui referenciados constroem coletivos, alguns efêmeros, outros móveis, outros de importante perenidade. E reescrevem o tecido social, urbano e midiático com um mapa de afetos apaixonados, que nos falam de outros acordos simbólicos possíveis, de uma guerrilha de significações, de uma utopia do presente.

Cerbino e Rodriguez (2005), retomando proposições de Reguillo, insistem na terminologia *politicidade* como sendo a mais adequada para referir-se a ações juvenis de forte base estética, nas quais o corpo é definidor e demarcador de atitudes específicas e autônomas, caracterizando um exercício de subjetividade que é, ao mesmo tempo, uma recusa consciente do assujeitamento. A dimensão política da cultura e da comunicação que provém da vida cotidiana, das práticas estratégicas de vinculação e participação pressupõe ser o corpo uma mídia. Segundo explicam Cerbino e Rodriguez, o corpo é elemento mediador e lugar de enunciação de uma nova politicidade, de um modo de ocupar e dar sentido ao espaço público e de construir uma cidadania cultural mais além da de direito (Cerbino; Rodriguez, 2005).

Boa parte das e dos jovens ativistas brasileiros não querem apenas atuar politicamente, eles querem debater e avaliar esta atuação. Parecem cansados ou entediados daqueles tantos discursos que, desde os anos 1950, buscam dizer quem eles “verdadeiramente” são, invariavelmente reproduzindo a fórmula simplista e dicotômica da demonização/endeusamento. Esses críticos das máquinas de representação (das instâncias políticas tradicionais aos meios de comunicação massiva) atuam no sentido de tomar posse da palavra. E de disseminá-la. Um novo saber/poder/fazer emerge das narrativas e experiências ativistas.

O que desejamos enfatizar, com o auxílio dessa análise, é o fato de os ativismos contemporâneos (em sua dimensão local, mas também em seu lastro mundial) constituírem um importante modo de “repossessão” juvenil, de ocupação de seus próprios corpos, de criação de suas próprias soluções e arranjos identitários, de afirmação e compreensão do mapa de tensões e ambiguidades com que se deparam cotidianamente (Rocha, 2016). Além disso, essa emergência (auto-discursiva) do juvenil, permite que nos aproximemos a uma perspectiva alternativa de abordagem crítica de um capitalismo que é, a um só tempo, cognitivo, criativo, imagético, tecnocêntrico, farmacopornográfico (Preciado, 2014) e subjetivista. Essa aproximação nos permite tomar as narrativas ativistas como núcleos paradigmáticos dos enfrentamentos, negociações e resistências possíveis à força centrípeta das estruturas e sistemas econômicos, esses que, dia após dia, alicerçam-se em redes simbólicas e congregam potentes núcleos de abstratificação.

Nessa etapa de argumento gostaríamos de apresentar um de nossos principais achados, e é aquele que desejamos enfatizar no âmbito deste artigo. Estamos nos referindo aos ensinamentos epistemológicos que nos trouxeram os próprios jovens, que percebemos como sujeitos em uma direção não-essencialista, em sua condição histórica e em sua expressão subjetiva. Autonomia, autoria e competência enunciativa são constitutivas deste lugar político de bordas dilatadas e fronteiras expandidas, que emerge do cotidiano e a ele retorna.

Tendo este cenário no horizonte, focalizamos um debate epistêmico. À *episteme ativista e coletivista juvenil*, propomos relacionar a força enunciativa plural e combinatória que as articula. Nelas localizamos uma certa arte do fazer –bricoladora, que, partindo das tecnicidades (Martín-Barbero, 2004) como dado, e das experiências coletivas como desejo e paradigma–, desenha uma disputa política que é também uma disputa por narrativas. Nessas utopias presentes, o embate é simbólico, mas também está impregnado no cotidiano, lugar por excelência da introjeção do assujeitamento, mas, igualmente, espaço-tempo das contracorrentes, das corporalidades insubordinadas, dos pensamentos desviantes.

Ante a desigualdade, a precarização social, a subalternização extrema, a desesperança e a incerteza, tais ações pedem por respostas institucionais, indicando lutas por reconhecimento, rechaçando a política de gabinete e assumindo a rede como metáfora e estratégia política. Na relação entre redes afetuais e projetos políticos, as ações coletivas juvenis constroem estados de ânimo coletivos, operando em uma lógica de contágio.

Referências bibliográficas

Aguilar-Forero, N. y Muñoz, G. (2015). La condición juvenil en Colombia: entre violencia estructural y acción colectiva. *Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud* 13(2), 1021-1035.

Aguilera, O. (2008). *Movidas, movilizaciones y movimientos. Cultura política y políticas de las culturas juveniles en el Chile de hoy.* (Tesis de Doctorado en Antropología Social). Universitat Autònoma de Barcelona.

Almendary, L.; Borelli, S.H.S. (2021). Juventudes e práticas do documentário em São Paulo: ativismo cultural e políticas de visibilidade. *Ciências Sociais Unisinos* 57(2), 214-225.

Beraldo, B. (2014). *Por saias e causas justas. Feminismo, comunicação e consumo na Marcha das Vadias.* (Dissertação de Mestrado em Comunicação e Práticas de Consumo). Programa de Pós-graduação em Comunicação e Consumo. Escola Superior de Propaganda e Marketing.

Borelli, S.H.S. y Aboboreira, A. (2011). Teorias/metodologias: trajetos de investigação com coletivos juvenis em São Paulo/Brasil. *Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud.* 9 (1), 1-12.

Borelli, S.H.S., Pereira, S.L., Paiva, M.C.; Bras, J.M. (2023). Ativismos juvenis urbanos: Slam Resistência, tecnicidades, redes e atuação pelas brechas. *MILLCAYAC - Revista Digital de Ciências Sociais* 10(18), 1-21.

Borelli, S.H.S.; Pereira, S.L.; Soares, R. L.; Paiva, M.C.S. (2024). Imigração e vida urbana: resultados e tendências de investigação com jovens migrantes na cidade de São Paulo (Brasil). *CIDADES, COMUNIDADES E TERRITÓRIOS*, 48, 54-77.

Borelli, S.H.S.; Rocha, R.M.; Migliano, M.; Arantes, D.L.; Scudeller, P.A.P. (2022). Ativismos juvenis urbanos brasileiros: questões raciais e de gênero. *INTERCOM (SÃO PAULO. ONLINE)*, 45 (1), 1-18.

Borelli, S.H.S., Rocha, R.M.; Oliveira, R. (2009). *Jovens na cena metropolitana: percepções, narrativas e modos de comunicação.* São Paulo: Paulinas.

Borelli, S.H.S.; Rocha, R.L.M.; Pereira, S.L. (2024). Práticas políticas juvenis: Fundamentos e preceitos. *MATRIZES (ONLINE)*, 18(1), 123-143.

Borelli, S.H.S.; Soares, R.L. (2023). Trajetos metodológicos: experiências com coletivos juvenis na cidade de São Paulo (Brasil). In: S.V. Alvarado y O. Jaramillo

(orgs.). *Violencias, contra-hegemonías y re(ex)istencias en clave de niñeces y juventudes latinoamericanas*. (333-368). Buenos Aires/Manizales: CLACSO - Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales y CINDE - Universidad de Manizales.

Borelli, S.H.S.; Soares, R.L.; Paiva, M.C.S.; Klaus, P. (2021). Jóvenes inmigrantes en la ciudad de São Paulo: acciones político-culturales, vida cotidiana y resistencias. *REVISTA LATINOAMERICANA DE CIENCIAS SOCIALES*, 19 (1) 1-23.

Butler, J. (2015). *Problemas de gênero – feminismo e subversão da identidade*. Civilização Brasileira.

Carmo, I.N. (2018). O perigo das dobras: iconografias e corporalidades no feminismo contemporâneo. *Sociologia & Antropologia* 8 (1), 193–222.

Carneiro, H.S. (2012). Apresentação. Rebeliões e ocupações de 2011. In: D.Harvey et al (orgs.). *Occupy*. (7-15). Boitempo.

Cerbino, M. y Rodriguez, A. (2005). Movimientos y máquinas de guerra juveniles. *Nómadas*. 23, 112-121.

Chaves, M. (2014). Haciendo trámites con los pibes y las familias: barreras de acceso y micropolíticas públicas. *Escenarios*. Año 14 N° 21. p. 15-23. http://www.trabajosocial.unlp.edu.ar/uploads/docs/revista_21.pdf.

Chaves, M. (2013). Producción y consumo musical en jóvenes de barrios populares en Argentina. LASA2013 - May 29 – June 1, 2013, Washington, DC. <https://core.ac.uk/download/pdf/141500237.pdf>.

Cubides, H. y Guerrero, P. (eds). (2012). *Trazos e itinerarios políticos de jóvenes*. Ed. Universidad Central de Colombia.

Deleuze, G. y Guattari, F. (1996). *Mil platôs – capitalismo e esquizofrenia*. Ed. 34.

Depuis-Déri, F. (2014). *Black Blocs*. Veneta.

Garcia, D.A. y Abrahão e Sousa, L.M. (2014). A Marcha das Vadias nas redes sociais: um discurso da militância? *Estudos linguísticos*, São Paulo, 43 (3), 1041-1055.

Gohn, M.G. (2018). Jovens na política na atualidade - uma nova cultura de participação. *Cadernos CRH* 31(82), 117-133.

Gohn, M.G. (2011). *Movimentos Sociais na Contemporaneidade*. Vozes.

Leite, J.C. (2007). *Fórum Social Mundial: a história de uma invenção política*. Fundação Perseu Abramo.

Maia, H.M. (2014). *Grupos, redes e manifestações: a emergência dos agrupamentos juvenis nas periferias de São Paulo*. (Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais). Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

Martín-Barbero, J. (2017). *Jóvenes entre el palimpsesto y el hipertexto*. Ned Ediciones.

Martín-Barbero, J. (2004). *Oficio de cartógrafo: travessias latino-americanas da comunicação na cultura*. Loyola.

Melucci, A. (2022). *Challenging Codes: Collective Action in the Information Age*. Cambridge University Press.

Morin, E. (1984). *Cultura de massa no século XX. Neurose*. Forense Universitária.

Perea, C. (1998). Somos expresión, no subversión. En: Cubides, H.; Toscano, M.C.L e Valderrama, C.E.H. (orgs.) *Viviendo a toda: jóvenes, territorios culturales y nuevas sensibilidades* (129-151). Siglo del Hombre/DIUC.

Pereira, S.L. (2017). Circuito de festas de música “alternativa” na área central de São Paulo: cidade, corporalidades, juventude. *FAMECOS – mídia, cultura, tecnologia*. 24 (2), p.1-12.

Pereira, S.L y Borelli, S.H.S. (2015). Música alternativa na Vila Madalena: práticas musicais juvenis na cidade. *REVISTA FRONTEIRAS (ONLINE)*, 17 (1), 281-289.

Pereira, S.L.; Bras, J.M.; Paiva, M.C.S y Queiroz, A. (2023). “Um Sarau para chamar de nuestro’: juventudes migrantes, ativismos e formas de re-existência em São Paulo”. *Intexto*, 55 (1), 1-26.

Pereira, S.L. y Gheirart, O. (2018). Coletivos de música eletrônica em São Paulo: usos da cidade, culturas juvenis e sentidos políticos. *E-compós*. 21 (3), 1-18.

Pereira, S.L. y Gheirart, O. (2023). The Independent Electronic Music Party Scene/Circuit in São Paulo: A Panorama of the 2010s. *LAP- Latin American Perspectives*, California/USA, 50 (3), 118-133.

Preciado, P.B. (2014). *Texto yonqui. Sexo, drogas y biopolítica*. Paidós.

Oliveira, R.R.C. y Segurado, R. (2014). Web Activism in São Paulo: New Political

Practices. *Books&Ideas*, https://booksandideas.net/IMG/pdf/20140714_web_activism_in_sao_paulo.pdf

Reguillo, R. (2000). *Estrategias del desencanto - Emergencia de culturas juveniles*. Norma.

Reguillo, R. (2012). *Culturas Juveniles: formas políticas del desencanto*. Siglo Veintiuno.

Rico, O.S. (2017). *Comunicação midiática e consumo de afeto: Narrativas sobre protestos e ocupações contra a Reorganização Escolar em São Paulo*. (Dissertação de Mestrado em Comunicação). Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Práticas de Consumo, ESPM.

Rocha, R. M. (2008). *Cenas urbanas e culturas juvenis: cidade, consumo e mídia no Brasil de 60 e 70*. Trabalho apresentado no IX Congresso da ALAIC, Monterrey, México.

Rocha, R.M. (2009). Cenários e práticas comunicacionais emergentes na América Latina: Reflexões sobre culturas juvenis, mídia e consumo. In: *Anais do 8º Encontro Latinoamericano de Faculdades de Comunicação Social*. Havana/ Cuba.

Rocha, R. M. (2012a). Corpos significantes na metrópole discursiva: ensaio sobre fetichismo visual e ativismo juvenil. *Significação: Revista de Cultura Audiovisual*, 39(37), 126–146.

Rocha, R. M. (2012b). Culturas juvenis, consumo e politicidades: uma abordagem comunicacional. In: Sampaio, I. (org.). *Comunicação, Cultura e Cidadania* -Vol. 1 (pp. 95–106). Campinas: Pontes Editores.

Rocha, R.M. (2016). Eram iconoclastas nossos ativistas? A representação na berlinda e as práticas comunicacionais como formas (políticas) de presença. In: E. Jesus, J.Janotti Jr; E. Trindade e M. Roxo (orgs.). *Reinvenção comunicacional da política*. Salvador: UFBA/Compós.

Rocha, R.M. (2021). *Artivismos musicais de gênero: bandívas, travestis, gays, drags, trans, não-binários*. São Paulo: Devires.

Rocha, R.L.M. y Pereira, S.L. (2018). O que consomem os que não consomem? Ativistas, alternativos, engajados. *Intercom – RBCC*. 41 (2), 107-120.

Rocha, R.M. y Pereira, S. L. (2017). Ativismos juvenis como artesanía de uma outra democracia: comunicação, consumo e engajamento político. *Comunicação & Sociedade*. 39 (3), 161-188.

Rocha, R.M.; Silva, J.C. y Pereira, S.L. (2015) Imaginários de uma outra diáspora: consumo, urbanidade e acontecimentos pós-periféricos. *Galáxia*, 30 (1), 99-111.

Serrano Amaya, J. (2004). *Menos querer más de la vida – concepciones de vida y muerte en jóvenes urbanos*. Siglo del Hombre Editores.

Singer, A. (2013). Brasil, junho de 2013, classes e ideologias cruzadas. *Novos Estudos CEBRAP*, (97), 23-40. <https://doi.org/10.1590/S0101-33002013000300003>

Soares, T. (2016). Enfrentamentos políticos e midiáticos de fãs de música pop em Cuba. *LOGOS 45*, 23(2), 65-76.

Tarrow, S. (2022). *Power in Movement*. Cambridge University Press.

Vila, P. (1996). Identidades narrativas y música - una primera propuesta para entender sus relaciones. *TRANS (Revista Transcultural de Música)*. 2(0), s/p.